

CONHECIMENTO DE PRÁTICAS FITOTERÁPICAS E HOMEOPÁTICAS EM UM POSTO DE SAÚDE NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG KNOWLEDGE OF FITOTHERAPEUTIC AND HOMEOPATHIC PRACTICES IN A HEALTH POST IN THE CITY OF MONTES CLAROS - MG

SAMUEL SOUTO RODRIGUES¹, EUNICE ANTONIA NUNES PEREIRA², KIMBERLY MARIE JONES³,
GUILHERME ARAÚJO LACERDA⁴

¹ Núcleo de Estudos em Plantas Mediciniais – NEPM, Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI, Montes Claros-MG, Brasil.

² Núcleo de Estudos em Plantas Mediciniais – NEPM, Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI, Montes Claros-MG, Brasil.

³ Núcleo de Estudos em Plantas Mediciniais – NEPM, Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI, Montes Claros-MG, Brasil.

⁴ Departamento de Biologia Geral, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Montes Claros-MG, Brasil.

RESUMO:

O presente trabalho buscou descrever o conhecimento, acesso e aceitação das práticas Fitoterápicas e Homeopáticas dos usuários de um posto de saúde na cidade de Montes Claros – MG. Para realização da entrevista, foi utilizado um questionário padrão de questões objetivas preenchido pelos entrevistadores. O critério de inclusão dos participantes foi utilizar o posto de saúde do bairro Major Prates na cidade de Montes Claros – MG sendo entrevistados no total 303 (trezentos e três) indivíduos, abordados na saída ou entrada do Posto de Saúde e escolhidos por amostragem de conveniência. No total, 34% dos entrevistados afirmaram conhecer a fitoterapia e 54% a homeopatia. O número de entrevistados interessados em utilizar essas práticas ultrapassou 90%. Concluiu-se que o conhecimento e acesso às PIC pelos usuários do SUS do posto de saúde do Major Prates da Cidade de Montes Claros são consideravelmente baixos, apesar do interesse e aceitação das mesmas pela população.

Palavras-chave: fitoterapia, homeopatia, Práticas Integrativas Complementares.

ABSTRACT:

This study aimed to describe the knowledge, access and acceptance of herbal and Homeopathic practices of users of a health center in the city of Montes Claros - MG. For the interview, we used a standard questionnaire of objective questions completed by interviewers. The inclusion criteria for the participants was to use the health center Major Prates neighborhood in the city of Montes Claros – MG being interviewed in total 303 (three hundred and three) individuals approached the exit or entry Desk Health and chosen by convenience sampling. In total, 34% of respondents said they knew herbal medicine and homeopathy 54%. The number of respondents interested in using these practices exceeded 90%. It was concluded that knowledge and access to the PIC by health post SUS users Major Prates of the Montes Claros City are considerably low, despite the interest and acceptance of the same by the population.

Key words: herbal medicine, homeopathy, Complementary Integrative Practices.

Autor responsável pela correspondência GUILHERME ARAÚJO LACERDA – E-mail: guilhermebiologia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, principalmente após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ocorre no Brasil o início da legitimação e institucionalização de abordagens terapêuticas denominadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de “medicina tradicional” e “medicina complementar/alternativa” (MT/MCA). No Brasil, embora haja várias denominações para essas modalidades de tratamento e cura como terapêuticas não convencionais, medicinas naturais, entre outras, o Ministério da Saúde (MS) denominou essas práticas de “Práticas Integrativas e Complementares” (PIC). Em 2006, o mesmo órgão público publicou na Portaria nº 971 as diretrizes e responsabilidades para implantação e implementação das ações e serviços relativos às PIC em âmbito nacional. Esta portaria incentiva as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a readequarem seus planos, programas, projetos e atividades, tendo em vista a inclusão da medicina tradicional chinesa-acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia,

termalismo social/crenoterapia nos serviços oferecidos à população (Brasil, 2006).

A Homeopatia e a Fitoterapia fazem parte das PIC. A homeopatia é um sistema médico complexo, diferencia-se da medicina ocidental contemporânea em seu sistema diagnóstico e de intervenção terapêutica, que opera segundo concepções próprias sobre a morfologia humana, dinâmica vital e doutrina médica. Não deve ser reduzida, portanto, a um recurso terapêutico. Apesar de ser uma outra racionalidade médica, ela vem sendo gradativamente incorporada às instituições de saúde do nosso país, sejam elas de assistência, pesquisa ou ensino. Esse processo de institucionalização teve início a partir do seu reconhecimento como especialidade médica, pelo Conselho Federal de Medicina, em 1980, que por sua vez foi uma decorrência de sua legitimação social (Salles, 2009). A Fitoterapia é a prática do uso de plantas ou suas partes com a finalidade terapêutica (Fetrow & Ávila, 2000). Ela sobreviveu no Brasil devido às raízes profundas na consciência popular que reconheceu sua eficácia e legitimidade

(Sacramento, 2001). Esta terapia é regulamentada pela RDC nº 17, de 24 de fevereiro de 2000.

85% das pessoas do mundo utilizam plantas medicinais para tratar da saúde. 80% das pessoas dos países em desenvolvimento no mundo dependem da medicina tradicional e/ou complementar para suas necessidades básicas de saúde. Cerca de 85% da medicina tradicional envolve o uso de extratos de plantas (Soler, 2000).

A busca pelas práticas terapêuticas não convencionais (fitoterapia, homeopatia, dentre outras) demonstra a necessidade de reconhecer e refletir a possibilidade do estabelecimento de um diálogo construtivo entre a medicina tradicional e a medicina moderna, resultando em melhor qualidade de vida para os pacientes. Finalmente, contribui para as decisões dos profissionais que trabalham na área da saúde, através da preservação, acomodação ou repadronização dessas práticas para orientar a participação do paciente no seu processo de busca da saúde (Medeiros, 1997).

Para efetivar as estratégias de promoção do acesso e uso racional das PIC, é importante um diagnóstico inicial do conhecimento sobre tais terapias de cada população. Este estudo objetivou avaliar o conhecimento, acesso e aceitação às PIC em saúde por usuários de um posto de saúde na cidade de Montes Claros – MG.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa realizada conta com a aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil – CEP/SOEBRAS, número do parecer da aprovação 567.342. Para realização da entrevista foi utilizado um questionário padrão de questões fechadas preenchido pelos entrevistadores. A pesquisa ocorreu entre os meses de Abril e Maio de 2014. O critério de inclusão dos participantes foi utilizarem o posto de saúde do bairro Major Prates na cidade de Montes Claros – MG, sendo entrevistados 303 (trezentos e três) indivíduos, abordados na saída ou entrada do Posto de Saúde e escolhidos por amostragem aleatória simples. O número de entrevistados está relacionado à quantidade aproximada de usuários mensais do posto (Bernard, 1988).

Os dados dos questionários foram transferidos e armazenados no Google Docs e, posteriormente, foram dispostos em gráficos para melhor visualização e interpretação dos resultados (Google Docs, 2014).

RESULTADOS

Os resultados obtidos na análise do conhecimento, acesso e interesse dos entrevistados podem ser observados na tabela 1.

TABELA 1. Análise do conhecimento, acesso e interesse dos entrevistados com as práticas fitoterápicas e homeopáticas nos SUS na cidade de Montes Claros-MG.

Terapias	Conhecimento Declarado (%)	Terapia utilizada (%)	Acesso mediante terceiros (%)	Acesso mediante profissionais (%)	Interesse que a prática seja incorporada no SUS (%)
Fitoterapia	34	18	29	11	93
Homeopatia	54	17	32	12	93

Quando questionados sobre o conhecimento das PIC incluídas no estudo, as porcentagens de afirmação foram 34% para fitoterapia e 54% para homeopatia. A análise sobre a utilização da população às PIC registrou-se percentuais próximos, sendo 18% para fitoterapia e 17% para homeopatia. Já em relação ao acesso indireto (alguém que já utilizou) da população às PIC observou-se índices maiores de afirmação, sendo estes de 29% para a fitoterapia e 32% para a homeopatia. Ainda com relação ao aspecto “acesso” às PIC, um número reduzido dos entrevistados afirmou conhecer profissionais especialistas nas áreas investigadas, sendo 11% para fitoterapia e 12% para homeopatia. Em relação à aceitação, perguntou-se sobre o interesse em utilizar essas práticas por parte dos entrevistados, e obteve-se alto percentual de aceitação, sendo 71% para homeopatia e 58% para fitoterapia.

Nossos resultados demonstram um grande interesse por parte da população em ter acesso às PIC em saúde, evidenciado pelo alto percentual de afirmação positiva quanto

ao interesse dos entrevistados em utilizar a homeopatia e grande parte dos entrevistados em utilizar fitoterapia. Além disso, quanto ao interesse de que estas práticas sejam incorporadas ao SUS, houve confirmação superior a 90% para cada uma das práticas selecionadas.

DISCUSSÃO

Conclui-se que a comunidade observada demonstra pelas PIC, uma vez que a mesma foi incluída no Sistema Único de Saúde pelo Decreto Presidencial 5.813, de 22 de junho de 2006. No entanto, as mesmas não foram implementadas no posto de saúde onde foi realizada a pesquisa. O alto percentual de aceitação das PIC pelos entrevistados de nosso estudo contrasta, no entanto, com o menor índice de conhecimento que eles afirmam possuir sobre as mesmas, o que, por sua vez, remete à necessidade de incorporar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no SUS, além de apoiar e

fortalecer ações de informação e divulgação sobre PIC, que corresponde a uma das diretrizes estabelecidas na Portaria nº 971 (BRASIL, 2006).

Com relação ao acesso da população estudada às PIC, a baixa relação entre utilização das PIC e conhecimento de profissionais especializados encontrada reforça a ideia de que a população utilize as mesmas sem o acompanhamento médico, fazendo uso da automedicação, um problema antigo que retrata ainda outros fatores, segundo Loyola-Filho (2002). Nos países pobres, o acesso da população aos serviços de atenção formal à saúde é dificultado e os gastos com a produção e distribuição de medicamentos essenciais são contidos. Além da possível indicação de terceiros, outras causas podem incluir a falta de profissionais habilitados, a baixa oferta de serviço especializado ou pouco conhecimento e interesse dos profissionais de saúde para orientar os pacientes que procuram PIC (CRF-SP, 2011). Estes fatores precisam ser divulgados, haver sensibilização dos profissionais da saúde, gestores e a população em geral para a implementação das PIC, incentivar trocas de experiências entre os municípios e capacitar os profissionais envolvidos sobre como implantar as PIC no sistema de saúde pública municipal.

A publicação da Portaria nº 971, foi uma conquista para saúde pública, porém, não garante o acesso efetivo às práticas integrativas e complementares em saúde. É necessário também incentivo à pesquisa científica contínua e capacitação profissional para o atendimento desta demanda, integrando cada vez mais estas práticas ao ensino e pesquisa no meio acadêmico.

Recomenda-se a realização de levantamento semelhante com outras comunidades a fim de observar os níveis de conhecimento, acesso e aceitação das terapias não convencionais. Sugere-se ainda que sejam realizados estudos adicionais com profissionais e estudantes de saúde a fim de observar a capacitação e o interesse destes no atendimento da demanda por um modelo holístico de tratamento de saúde, uma vez que há interesse pela população em utilizar essas práticas.

REFERÊNCIA

1. BERNARD, H. *Research Methods in Cultural Anthropology*. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1988.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 971, de 3 de maio de 2006. Aprova A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema único de Saúde Diário oficial da União, Brasília, n. 84, seção I p. 19, 04 maio 2006.
3. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRF-SP). Relatório - IV Fórum das Práticas Integrativas e Complementares (PIC). Realidade no Estado de São Paulo. São Paulo, 02 de julho de 2011. Disponível em:
4. <http://www.fitoterapia.com.br/portal/images/relatorio-forum-pic-em-sao-paulo-final.pdf>. Acesso em 06 de Julho de 2014.
5. FETROW, C.W.; AVILA, J.R. *Manual de medicina alternativa*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.743p.
6. GOOGLE DOCS. Disponível em www.docs.google.com. Acesso em 06 de Junho de 2014.
7. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010. Município Montes Claros*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=314330>. Acesso em 27 de Setembro de 2013.
8. LOYOLA FILHO, A.I. et al. *Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí*. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 1, 2002.
9. MEDEIROS, L.S. *Práticas terapêuticas não-convencionais usadas por idosos. 1997. 197f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1997.*
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal da Saúde. Acesso à medicina não convencional cresce no SUS, de 04 de Janeiro de 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=1100. Acesso em 16 de Outubro de 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal da Saúde. Ministério da Saúde credencia 158 Núcleos de Apoio à Saúde da Família de 14 de Dezembro de 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=10684. Acesso em 27 de Setembro de 2013.
10. SACRAMENTO, H.T. *Legislação para produção, comercialização e uso de plantas medicinais. Jornada Paulista de plantas medicinais, 5; 2001. Botucatu. Anais, Botucatu: UNESP, 2001. p.33.*
11. SALLES, Schraiber. *Gestores do SUS: Apoio e resistências à homeopatia*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(1):195-202, jan, 2009.
12. SOLER, O. Biodiversidade, bioeconomia & fitoterapia. 2000. 32p. *Tese (Doutorado em Ciências Sócio-Ambientais no Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido – PDTU. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Pará, Belém.*